

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.704 - SP (2019/0211497-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : JUSSARA LEITE DA ROCHA - SP098081
MOACIR ANSELMO - SP050678
AGRAVADO : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : MÔNICA FERNANDES DO CARMO - SP115832
ELIAS CORRÊA DA SILVA JUNIOR - SP296739
PAULO VICTOR CABRAL SOARES - SP315644

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 179):

ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - Embora a ré tenha inserido indevidamente o nome do autor nos cadastros de inadimplentes, não se há falar em indenização por danos morais, porquanto já havia restrição anterior em nome do devedor - Aplicação da Súmula 385 do STJ - Orientação firmada pelo STJ, ao aplicar a “Lei de Recursos Repetitivos” (REsp 1.386.424 MG) - Reputação e bom nome do autor que já se encontravam atingidos no meio comercial, motivo pelo qual a inscrição realizada pela ré não lhe poderia causar outros prejuízos - RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 373, inciso II, 489, § 1º, incisos IV e V, e 1022 do Código de Processo Civil; 186, 187 e 927 do Código Civil; e 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor; bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta a nulidade do acórdão recorrido, argumentando que: (i) não há apontamento legítimo em nome do recorrente em cadastro de inadimplentes, pois a única anotação anterior foi cancelada e os demais registros foram objeto de questionamento judicial; (ii) tais fatos foram comprovados pelo recorrente e deveriam ter sido impugnados pela recorrida, ônus probatório do qual não se desincumbiu; (iii) o Tribunal de origem não enfrentou todas as teses suscitadas pelo agravante no recurso de apelação; não é aplicável ao caso o enunciado da Súmula 385 do STJ, considerando-se que a única

Superior Tribunal de Justiça

anotação anterior foi cancelada.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Anoto, preliminarmente, que a controvérsia foi decidida de modo suficiente, pois o Tribunal de origem enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e explícita sobre a causa, razão pela qual não merece reparo algum.

Com efeito, não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Exemplificativamente:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

[...]

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/6/2016, DJe 3/8/2016).

Superior Tribunal de Justiça

Ao solucionar a controvérsia, o Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, assim concluiu (e-STJ, fls. 181-185):

Do acervo probatório, nota-se da lista de informações fornecidas pelo órgão de proteção ao crédito que na época da negativação impugnada já constava apontamento anterior em nome do autor (Eletropaulo R\$ 75,39 disponível em 12/09/2011 - fls. 18).

O autor ajuizou a ação nº 4009803-72.2013.8.26.0554 contra a empresa Eletropaulo, objetivando a declaração de inexigibilidade do débito. Contudo, em pesquisa no sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, verifica-se que a ação foi julgada improcedente, tendo sido mantida a decisão em grau de recurso (Apelação nº 4009803-72.2013.8.26.0554, Rel. Des. Claudio Godoy, 1º Câmara de Direito Privado, j. 11/11/2014).

Nesse contexto, não foi demonstrado que tal inscrição é ilegítima.

Significa dizer que a reputação e o bom nome do autor já se encontravam atingidos no meio comercial, motivo pelo qual a inscrição realizada pela recorrida não poderia lhe causar prejuízo. Logo, aplicável ao caso a Súmula 385 do STJ: “Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

[...]

Vale ressaltar que a aplicação da Súmula 385 do STJ não se restringe às ações ajuizadas contra órgãos mantenedores dos cadastros de inadimplentes.

Nesse sentido, o c. STJ já se manifestou em sede de incidente de recurso repetitivo, na forma do art. 543-C do CPC/1973 (art. 1.036 do CPC/2015): “RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. 1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando omissão alguma ou negativa de prestação jurisdicional. 2. “Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento” (Súmula 385/STJ). 3. Embora os precedentes da referida súmula tenham sido acórdãos em que a indenização era buscada contra cadastros restritivos de crédito, o seu fundamento -

Superior Tribunal de Justiça

"quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito", cf. REsp 1.002.985-RS, rel. Ministro Ari Pargendler - aplica-se também às ações voltadas contra o suposto credor que efetivou a inscrição irregular. 4. Hipótese em que a inscrição indevida coexistiu com quatorze outras anotações que as instâncias ordinárias verificaram constar em nome do autor em cadastro de inadimplentes. 5. Recurso especial a que se nega provimento" (REsp 1.386.424 MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Segunda Seção, j. 27/04/2016, DJe 16/05/2016) (g/n).

Por fim, consoante se verifica da parte dispositiva da r. sentença foi acolhido apenas o pedido de declaração de inexigibilidade do débito (cancelamento da negativação), sendo rejeitado o pedido de indenização pelos danos morais.

Significa dizer que as partes foram reciprocamente sucumbentes, o que implica a aplicação do disposto no art. 21, caput, do CPC/1973.

Em conclusão, o apelante não trouxe qualquer alegação capaz de infirmar a r. sentença, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos.

Do exposto, pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

Realmente, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1.386.424/MG, sob a sistemática dos recursos repetitivos, firmou entendimento no sentido de que a inscrição indevida efetuada pelo credor em cadastro de inadimplentes, quando preexistente legítima anotação, não enseja indenização por dano moral, ressalvado o direito ao cancelamento, conforme preceitua a Súmula 385 do STJ.

A propósito, confira-se a ementa desse julgado:

RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ.

1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando omissão alguma ou negativa de prestação jurisdicional.
2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ).
3. Embora os precedentes da referida súmula tenham sido acórdãos

em que a indenização era buscada contra cadastros restritivos de crédito, o seu fundamento - "quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito", cf. REsp 1.002.985-RS, rel. Ministro Ari Pargendler - aplica-se também às ações voltadas contra o suposto credor que efetivou a inscrição irregular.

4. Hipótese em que a inscrição indevida coexistiu com quatorze outras anotações que as instâncias ordinárias verificaram constar em nome do autor em cadastro de inadimplentes.

5. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1.386.424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/4/2016, DJe 16/5/2016).

No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu que à época da inscrição no cadastro de inadimplentes o recorrente tinha outras negativações pendentes em seu nome e, por isso, entendeu acertadamente que não houve danos morais indenizáveis na espécie.

Assim, o acórdão recorrido merece ser mantido, pois se encontra em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, firmada sob a sistemática dos recursos repetitivos. Incide à espécie, portanto, a Súmula 83/STJ.

No mesmo sentido, vejam-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA DE NOME EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. ANOTAÇÃO ANTERIOR. IMPUGNAÇÃO DA PRIMEIRA ANOTAÇÃO. INDIFERENÇA. SÚMULA 385/STJ. APLICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. DESNECESSIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Súmula 385/STJ: "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento." 1.1. A impugnação posterior acerca de anotação pretérita à inscrição irregular é indiferente para a incidência do entendimento cristalizado no Enunciado n. 385 da Súmula de jurisprudência do STJ.

2. A questão controvertida foi decidida nos estritos limites do quadro fático delineado pelo acórdão recorrido, sendo prescindível o

Superior Tribunal de Justiça

reexame de provas.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.731.583/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 3/9/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Adequada a deliberação monocrática no que concerne ao não acolhimento da tese de negativa de prestação jurisdicional, pois inexistentes quaisquer vícios no acórdão proferido pelo Tribunal a quo, ficando afastada a alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. Na hipótese, o Tribunal de origem concluiu pela ausência de dano moral, ante a existência de inscrições prévias em cadastros de restrição ao crédito.

2.1. A ocorrência de inscrições pretéritas em cadastro de inadimplentes obsta a concessão de indenização por dano moral em virtude de inscrição posterior, ainda que esta seja irregular. Súmula 385 do STJ.

2.2. Acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta Corte, a atrair a incidência da Súmula 83 do STJ, aplicável para ambas as alíneas do permissivo constitucional.

2.3. A falta de comprovação de irregularidade nas inscrições anteriores, conforme concluiu o Tribunal a quo, não pode ser revista em sede de recurso especial, por demandar reexame de provas. Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.186.109/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 30/5/2018.)

Ademais, cumpre salientar que, para modificar o acórdão recorrido a fim de concluir pela irregularidade das anotações negativas anteriores, seria necessário o reexame do contexto fático e probatório dos autos, providência vedada na via do recurso especial, em razão do óbice erigido pela Súmula 7/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Havendo sucumbência recíproca na origem, deixo de proceder à majoração dos honorários advocatícios.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

